

O Plebiscito da Dívida

Márcio G. P. Garcia
Departamento de Economia – PUC-Rio

Sugestão de janela: Um pai deve preferir pagar ao banqueiro ou dar de comer à sua família?

Um pai de família, confrontado com a alternativa de dar de comer à sua família que passa fome ou de pagar ao banqueiro, como deve escolher? Com a provável exceção de Scrooge, personagem de Charles Dickens, que deu o nome ao personagem de Walt Disney conhecido entre nós como Tio Patinhas, todos optariam por dar de comer aos familiares famintos.

Este exemplo didático parece estar na essência do plebiscito que se realizou sobre as dívidas externa e doméstica, promovido por várias das organizações que têm trabalhado para melhorar as vidas dos pobres e desamparados em nosso país. Será que há de fato uma analogia entre o exemplo e a situação brasileira atual?

Acho que não. No mundo, o Brasil não está classificado entre os países mais pobres. O brasileiro médio está muito acima da linha da miséria. O principal problema do nosso país não é ser pobre, mas ser injusto.

Analisemos mais detidamente os argumentos em jogo. Para melhorar a vida dos mais pobres, o calote das dívidas interna e externa deveria realizar pelo menos uma de duas condições: aumentar o crescimento da renda do país (PIB); e/ou diminuir a desigualdade de renda e riqueza vigente.

Uma identidade macroeconômica básica (sobre a qual nenhum economista discorda) nos diz que o investimento iguala a soma das poupanças do governo, privada e externa. A poupança externa é a contrapartida em bens e serviços dos empréstimos e das outras formas através das quais os estrangeiros investem em nosso país (investimento direto, aplicações em bolsas de valores, etc.).

Ora, se dermos os calote nos empréstimos (aliás, por que mesmo só nos empréstimos?) é altamente improvável que a poupança externa siga fluindo para o Brasil nos próximos anos. Assim, para que o investimento, motor do crescimento econômico, cresça após uma moratória da dívida externa, é imprescindível que se expandam a poupança pública e/ou a poupança privada para fazer frente à interrupção do ingresso dos recursos externos (medido liquidamente através do “hiato de recursos” que é pouco superior a 1% do PIB). Isto significa em bom português, maior redução do déficit público e/ou contração do consumo privado. Contração do consumo privado exigirá um significativo arrocho salarial, a menos que se faça simultaneamente uma brutal contração do consumo dos mais ricos (o que é até desejável, mas é muito difícil de acontecer em curto prazo).

Dadas as atuais condições de recuperação do nível de atividade e do crescimento que a economia brasileira vem apresentando, a consequência de um calote da dívida externa seria a de diminuir sensivelmente o crescimento futuro de nossa economia, com a conseqüente piora no rendimento dos mais pobres.

Quanto aos efeitos do calote da dívida externa sobre a desigualdade de renda e riqueza, esses não podem ser determinados *a priori*. O certo é que, mesmo se houvesse uma melhora na distribuição de renda e riqueza, seria uma vitória de Pirro, pois o empobrecimento geral traria uma diminuição dos rendimentos absolutos dos mais pobres.

O plebiscito vai mais além, perguntando se deveriam continuar os pagamentos das dívidas que estados e municípios têm com a União. Aqui a motivação parece ser a de tornar viável os investimentos em saneamento que ora encontram-se em níveis injustificadamente baixos. Novamente, embora a motivação seja meritória, os meios conflitam com os fins pretendidos.

Parece-se partir do pressuposto que o calote da dívida doméstica apagaria a restrição financeira (irreal?) dos imprescindíveis investimentos sociais sem qualquer efeito colateral negativo. Infelizmente, a análise macroeconômica não permite tal conclusão. Assim como a gravidade faz com que as coisas sempre caiam para o chão, em economia, não há almoço grátis.

O calote que alguns estados e municípios dariam na União, além de causar a desorganização do sistema financeiro com sérias repercussões sobre o crescimento econômico, promoveria uma enorme injustiça entre irmãos. Por que é mesmo que os pobres nordestinos deveriam pagar a conta originada de um governador do Sul que teria dito orgulhosamente “quebrei o estado, mas elegi meu sucessor”?

Reduzir a desigualdade em nosso país é tarefa fundamental. A realização desse objetivo requer que aqueles que têm dado repetidas provas de dedicação aos mais pobres e necessitados entrettenham propostas economicamente consistentes, ou nada se conseguirá e todo o país perderá.